

UMA ANÁLISE ACERCA DA POLÍTICA DE SEGURIDADE SOCIAL: A FUNDAMENTALIDADE DO DIREITO À PREVIDÊNCIA SOCIAL NO MEIO RURAL E SEUS DESAFIOS.

ALUNA: ILANA MARIA DA SILVA SOUSA
EIXO TEMÁTICO: Relações de Trabalho e Previdência Social.

Palavras-chaves: Previdência Social, atividade rural, segurado especial, direitos, justiça.

1. **INTRODUÇÃO:** O Direito à Previdência Social compõe juntamente com a saúde e a assistência social o sistema de seguridade social, conforme a Constituição Pátria, e funda-se no "princípio da dignidade da pessoa humana, na solidariedade, na cidadania e nos valores sociais do trabalho (CF/88, art. 1º, II, III e IV), bem como nos objetivos da República de construir uma sociedade livre, justa e solidária, avançar na erradicação da pobreza e na redução das desigualdades sociais (CF/88, art. 3º, I e III)". Contudo, muitos desafios persistem na prática da política previdenciária no âmbito rural brasileiro, tendo em vista a realidade vivenciada por muitos segurados especiais que tendem a lidar com procedimentos burocráticos, com o analfabetismo, com as recorrentes mudanças nas normas previdenciárias e desconsideração das condições peculiares de trabalho existentes no campo, fatores que tornam difícil um acesso justo, digno e equitativo aos benefícios da Previdência Social.

2. **PROBLEMA DE PESQUISA:** Quais os desafios enfrentados pelo segurado especial no acesso ao Direito Previdenciário Rural, enquanto instrumento de garantia de direitos fundamentais?

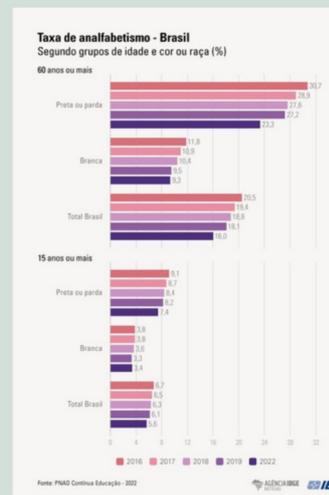
3. **OBJETIVOS:** O presente trabalho tem como objetivo demonstrar por meio de pesquisas (tanto em artigos, literatura e legislação, quanto as realizadas de forma on-line) a questão da política da Previdência Social Rural, bem como as lacunas estruturais que impactam substancialmente a vida dos segurados especiais no Brasil. Como também, com base no princípio da solidariedade e da dignidade da pessoa humana, busca evidenciar a importância máxima da Previdência Social Rural como instrumento da tutela de direitos e dignidade durante a diminuição da capacidade laborativa dos trabalhadores rurais.

4. **MÉTODO:** foram realizadas pesquisas descritivas e qualitativas em artigos, sites e literaturas para a realização da abordagem do tema. Como também, foi utilizado o método de pesquisa através de levantamento de dados em infográficos informativos, disponíveis em bases governamentais.

5. **RESULTADOS:** O desenvolvimento de uma análise acerca das facetas da Previdência Social no campo em toda sua complexidade, possibilitou compreender as dificuldades que os trabalhadores rurais ainda possuem em face das inviabilizações de benefícios mediante negativas na via administrativa, entraves no processo de comprovação do exercício do labor rural e os altos índices de recorrência ao judiciário em um cenário de longa espera e dificuldades financeiras. Nesse sentido, nos procedimentos burocráticos do trâmite de processos junto ao INSS- Instituto Nacional do Seguro Social, os segurados especiais em busca de benefícios como aposentadorias, auxílios, pensão por morte por seus dependentes, salário - maternidade, possuem seus plei-

tos negados pela Altarquia, sobretudo pela informalidade da atividade que impossibilita a produção de provas documentais capazes de respaldar a condição de segurado especial sobre a qual versa a Lei 8.213/93, e conseqüentemente o direito vindicado. Além disso, a falta de alfabetização e baixa escolaridade presente nos distritos rurais brasileiros indicam forte desigualdade socioeconômica (gráfico 1), e torna comum o desconhecimento de deveres, direitos, alterações das normas e os critérios legais adotados pela Previdência Social, sendo esta rigorosamente técnica na observância da Lei. Em decorrência da problemática elucidada, é notável o crescimento de judicialização dos requerimentos de benefícios previdenciários (gráfico 2). Tais aspectos indicam precário acesso à justiça, ausência de formalização das relações no mercado de trabalho no campo, a necessidade de transferência de recursos para a educação na zona rural, ineficiência do sistema informativo e de registro do exercício da atividade rural, medidas que propiciariam mais equidade na acessibilidade a direitos fundamentais e garantiriam meios de subsistência dignos, assim como qualidade de vida à população beneficiária rural brasileira.

(GRÁFICO 1)



Fonte: PNAD Contínua Educação - 2022.

(FIGURA 1)



Fonte: PNAD Contínua Educação - 2022.

(GRÁFICO 2)



Fonte: INSS/SINTESE; elaboração própria dos autores

6. REFERÊNCIAS

BRASIL [Constituição (1998)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1998*. Brasília, DF: Presidência da República. [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. acesso em 24 ago. 2024.

ARAÚJO, Cândida Alves. Entre o sol e o descanso: *Uma análise da Previdência Social dos Segurados Especiais*. X jornada internacional de políticas públicas. UEMA, 2021. 15p.

MARANHÃO, Rebecca Lima Albuquerque; FILHO, José Eustáquio Ribeiro Vieira. *Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*. - Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 1990.

FERRERA, Igor e GOMES, Irene. *Em 2022, analfabetismo cai, mas continua mais alto entre idosos, pretos e pardos e no Nordeste*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Atualizado em 07/06/2023 11h34. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37089-em-2022-analfabetismo-cai-mas-continua-mais-alto-entre-idosos-pretos-e-pardos-e-no-nordeste>. Acesso em 23. Ago. 2024